

**Construções Identitárias dos Sociólogos Portugueses: Uma
proposta de modelo analítico**
Leonor Prata Castelo¹

Resumo: Neste artigo, utilizou-se uma metodologia intensivo-qualitativa para analisar testemunhos de formados em sociologia na tentativa de compreender as dinâmicas da construção das identidades disciplinares e profissionais no contexto português. O estudo focaliza os modelos de cultura profissional segundo António Firmino da Costa, e os impactos que estes terão na forma de mobilizar conhecimentos adquiridos e de exercer a sua profissão, e estendendo a bifurcação de Michael Burawoy relativamente à sociologia pública orgânica e tradicional. Propõe-se assim um modelo analítico para desenvolver os tipos de sociologia de Burawoy tendo em conta diferentes paradigmas relativamente ao trabalho e conhecimento sociológico.

Palavras-chave: reflexividade interativa; modelos de cultura profissional; auto-identificação; paradigmas orgânicos/tradicionais.

Abstract: In this article, qualitative content analysis was used to analyze the professional experiences of sociology graduates, so to identify the dynamics of construction of disciplinary and professional identities in Portugal. The theoretical framework was primarily based upon António Firmino da Costa's professional culture models and Michael Burawoy's distinction between organic and traditional public sociology. This article proposes an analytical model to develop Burawoy's typology of sociological career pathways, taking into account different sociological paradigms relating to the validity of the production and use of sociological knowledge within the workplace.

Keywords: interactive reflexivity; professional culture models; self-identification; organic/traditional paradigms.

Nota introdutória

Creio essencial uma breve nota introdutória para, não só explicar como a autora é ainda (só) uma aluna de mestrado em sociologia, como também que a própria existência deste artigo representa em si, de alguma forma, a dinâmica entre profissão, ciência e

¹ Licenciada em Sociologia pelo ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. Estudante de Mestrado em Sociologia, na London School of Economics, a desenvolver tese na área da Educação. l.c.castelo@lse.ac.uk.

formação sociológica em Portugal. Desde o seu início e através de figuras centrais como António Firmino da Costa, a Associação Portuguesa de Sociologia tem defendido “muito a ideia integradora [...] de ciência e profissão [em sociologia] estarem de mãos dadas, e portanto, [houve sempre] uma atenção muito particular às dinâmicas no campo profissional [ao contrário de..] muitos outros países onde há associações, ou sociedades científicas que agregam os académicos, os cientistas e os investigadores e só depois, os *practitioners*” (Carreiras, 2011:13) que são assim tratados como não sendo sociólogos profissionais, traços de cultura profissional dissociativa.

O presente texto tem como base o trabalho final de uma cadeira da Licenciatura em Sociologia do ISCTE-IUL, o Laboratório em Ética e Profissão em Sociologia, que faz parte deste legado da sociologia portuguesa (Carreiras 2011), pois o seu conteúdo não só explora as relações multívocas da sociologia como formação, como também a deontologia e as formas em que serão aplicáveis na prática sociológica. A avaliação final constitui um trabalho intenso-qualitativo, no qual os alunos recolhem (pelo menos) uma história de vida de sociólogos, e analisam-na segundo temas do programa.

A inspiração deste trabalho surgiu durante o testemunho de um sociólogo, um dos dois convidados a apresentar à minha turma de LEPS a sua trajetória profissional e pessoal; Carlos², um jornalista, editor da RTP, provedor da rádio pública e docente de jornalismo, demonstrou ter valorizado a sua formação em sociologia, defendendo a sua importância pois *a postura do sociólogo deve ser parecida, emulada pelo jornalista* pois ambos são *especialistas em generalidades e generalistas em especialidades*. No entanto, apesar de ter nitidamente tido uma perspetiva sociológica no seu trabalho de reportagem de guerra (que inclusivamente desenvolveu para a sua tese de mestrado em Sociedades e Políticas Europeias) e no exercício de funções dentro das organizações públicas de comunicação social, revelou que não se via como sociólogo *embora gostasse de o ser*, ao mesmo tempo que afirmou: *não aderi e não me identifiquei com os meus professores e colegas*. O complexo discurso subjacente ao incorporar alguns saberes e competências essenciais da sociologia, de a valorizar como formação e ciência, conjugada com a noção de que não é nem nunca terá sido sociólogo, e que embora não se identifique com “os sociólogos”,

² Nomes fictícios, tal como os das duas sociólogas entrevistadas que adiante se referenciam.

gostaria de ser um, evidenciou uma dissonância cognitiva que despontou a minha curiosidade, levando-me a querer compreender e desconstruir esta enredada identidade.

Tal como foi explicado, este trabalho foi desenvolvido em duas fases. Na primeira, analisei o seu testemunho conjuntamente três outros: o de Marisa, uma investigadora na área da sociologia urbana, que foi também convidada pela docente da cadeira, Marta Ferreira³, uma socióloga que trabalha na Rede Social de Lisboa, que entrevistei pessoalmente, e adicionalmente, o de Mariana⁴, uma socióloga que trabalha na área do serviço social. Para além destes testemunhos, o livro *Profissão Sociólogo* (1999) foi utilizado. Guiando o meu estudo com as teorias de António Firmino da Costa e Michael Burawoy, tentei mapear a sua cultura profissional e o tipo de sociologia e conhecimento que invocavam, para compreender a construção de identidades e papéis de sociólogos portugueses intra e extras académicos.

Nesta segunda fase houve um maior desenvolvimento teórico e pude incluir mais testemunhos de sociólogos. Para este efeito para além de expandir as referências incluídas no livro *Profissão Sociólogo*, considerei ainda transcrições de entrevistas feitas a investigadores portugueses pela Fundação Getúlio Vargas (2010-2011) e um *working-paper* que constitui um levantamento de testemunhos mais recentes, pela Universidade do Porto (Parente, 2014).

1ª Seção: A sociologia como ciência, formação e profissão

A Sociologia Portuguesa e as suas fases de desenvolvimento

O percurso da sociologia, como campo de saber, teve em Portugal um desenvolvimento muito particular. Embora tenha sido estabelecido em 1901 no plano de estudos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Madureira Pinto, 2004, pp.956), o Estado Novo efetivamente destruiu o campo da sociologia pois esta, por sua natureza, é crítica e reflexiva relativamente à sociedade e representa uma ameaça para um regime de ditadura. As ciências sociais em Portugal e os vários centros de investigação existentes hoje são “ramos da mesma árvore, de uma árvore cuja semente foi lançada ao chão quando, em fins de Janeiro de 1963, saiu o nº 1 da *Análise Social*” (Machado, 2009,

3. Decidi não utilizar um nome fictício pois também analisei a sua comunicação no Vº Congresso Português de Sociologia e assim considerei relevante identificar o seu testemunho de forma coesa.

4. Entrevista efectuada por Rui Velho no âmbito do trabalho final da cadeira LEPS.

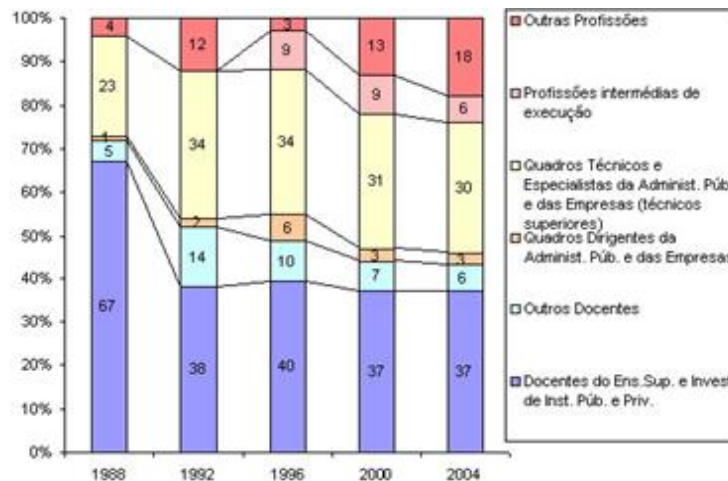
pp.287). O ISCTE também, de forma subvertiva, incluiu matéria sociológica nos seus currículos de gestão e economia antes da revolução de 25 de Abril. Os cientistas sociais fundadores envolvidos nestes programas, operando sob várias pressões e perigos, representavam em si, uma forma de contestação e ativismo social (Baptista & Machado, 2010). A juventude desta ciência social e área de formação progrediu num caminho caracterizado pela massificação da escolarização, passagem para um sistema democrático e capitalista, posteriormente parte da União Europeia. Segundo António Firmino da Costa, a sociologia portuguesa passou por três etapas de institucionalização e crescente profissionalização: “Um ‘período de pioneiros’, até 1974; um ‘período de institucionalização universitária’ do ensino e da investigação científica, até meados dos anos 80; e ‘um período de constituição dos sociólogos em grupo profissional’ (de que estamos a dar os primeiros passos)” (1988, pp.118). Outro levantamento dos momentos marcantes da sociologia em Portugal, adiciona a estes três períodos, no tempo dos pioneiros, o exílio forçado de sociólogos durante a ditadura, o que contribuiu para uma internacionalização precoce da disciplina. Quando foi possível a institucionalização universitária, esta foi acompanhada por um voraz apetite de trabalho interdisciplinar; e a inexistência de sociólogos e outros formados em Portugal, coincidindo com a massificação do ensino superior, levou a fluídas absorções no mercado de trabalho, especialmente nas administrações locais e centrais (Baptista & Machado 2010). Estas transições, particularmente para a última etapa, “confrontam-nos com novas questões de natureza epistemológica, profissional e deontológica” (Machado, 1996, pp.59). Para além da internacionalização precoce da sociologia portuguesa, na transição para a institucionalização da sociologia em Portugal, as primeiras geração de docentes era caracterizada por formações “que não a de sociologia, pela simples razão de que não existia a sociologia” como nos diz Machado Pais (2011, pp.16), que começou a lecionar sociologia em 1977, após ter terminado a licenciatura em economia.

Em Portugal, existem hoje cerca de 13,000 pessoas com formação em Sociologia, 2,000 dos quais são membros da Associação Portuguesa de Sociologia (Mauritti & Costa, 2014). O ‘sociólogo anónimo’ descrito por estes investigadores tem esta designação porque, como diz Burawoy (2007, pp.49), “Nós não sabemos muito sobre estes sociólogos [...] extracurriculares pois os seus praticantes raramente têm tempo para

escreverem”. Tendo isto em conta, combinado com a [sua] pouca representação nesta associação, acabam por não ter uma voz audível, apesar de “participarem nas nossas instituições sociais como profissionais e como cidadãos, de forma a darem-lhes capacidades de responder positivamente aos desafios apresentados” (Baptista & Machado, 2010, pp.49). Também demonstrativa desta fraca representatividade é a pouca presença em congressos de documentos apresentados nas secções temáticas que são dedicadas a sociólogos extra-académicos: ‘Experiências profissionais e desenvolvimento’ (Congresso realizado em 2004) e ‘Parcerias sociais e metodologias de intervenção’ (2008) – áreas que nos congressos realizados em 2012 e 2014 vieram a ser integradas na entretanto nova Secção Temática da APS, Experiências e perfis profissionais.

No que toca às categorias profissionais representadas através dos associados à APS, torna-se nítido através da leitura da Figura 1 que, embora seja transversal aos vários anos a tendência do grupo profissional maior seja o sociólogo ligado à academia – representando 67% dos membros em 1988, e 37% em 2004, tem havido uma progressiva representação de outras áreas profissionais, particularmente os sociólogos inseridos em quadros técnicos (30%) e os que se inserem em outras profissões não listadas (18%).

Figura 1. Categorias profissionais dos membros da APS entre 1988-2004.



Fonte: Sociografia APS; APS (2013)

Sociologia, uma formação só para futuros cientistas sociais?

Existem dois pontos de controvérsia fulcrais ao conceito de Costa (1988) “modelos de cultura profissional” dos sociólogos que surgiram aquando do desenvolvimento teórico, conceptual e institucional da sociologia, não só em Portugal: o dilema entre a sociologia ser uma ciência ou uma profissão, e as relações entre problemas sociais e os sociológicos.

A primeira questão é complexa, e engloba a segunda, pois a sociologia é tanto um campo científico como uma formação de base que dá ferramentas para exercer (múltiplas) profissões. A abordagem essencialista defende “a noção de que quem faz sociologia não exerce uma profissão e quem exerce uma profissão não faz sociologia” (*ibidem*, pp.110), o que significaria que só o investigador e docente é que *faz*, ou exerce sociologia. Então, como se poderão caracterizar o enorme leque de perfis de sociólogos? Segundo esta perspetiva, qualquer caso que não se inserisse no molde de trabalho académico seria designado como sendo um profissional do campo em que trabalha, e não um sociólogo a exercer nesse mesmo campo. António Firmino da Costa denomina esta forma essencialista de separar ciência e profissão como sendo uma cultura profissional de dissociação, e descreve a cultura de associação como o seu oposto. A cultura de dissociação prevaleceu como a dominante nas primeiras fases da institucionalização da disciplina em Portugal, sendo “um modelo cultural em perda de velocidade no nosso país” (1988, pp.120), pois à medida que a sociologia vai amadurecendo, a composição dos formados vai-se tornando heterogénea, saindo da academia e integrando-se em múltiplos campos. Face à questão do que é que um sociólogo faz efectivamente, Rui Brites Silva (1999, pp.106) responde; “parece-me mais correto perguntar o que é que os licenciados de sociologia não podem ou sabem fazer [...] o mercado de trabalho [...] está longe de se circunscrever ao exercício da profissão de sociólogo [académico], cujos contornos delimitadores se orientam para a produção alargada de conhecimento analítico sobre os mais variados aspetos da realidade social”. Pode-se assim caracterizar a formação em sociologia por ter uma natureza de “formação/profissão multívocas” (Costa, 2004, pp.47), em que uma área de formação não levará a uma profissão, mas a várias áreas possíveis de trabalho qualificado. Este trabalho poderá inserir-se no sector terciário, de serviços – onde “a formação em sociologia é das mais adequadas [pois tem presente...]

as competências requeridas [que] se centram primordialmente, em aspetos de âmbito relacional, informativo e comunicacional” (Silva, 1999, pp.107). Independentemente da profissão exercida, poderá dizer-se que os sociólogos são “analistas simbólicos’, que se distinguem profissionalmente pelas suas atividades de ‘resolução de problemas e de intermediação estratégica’” (Reich, in Machado, 1996, pp.46).

Voltando à primeira questão, irá definir-se sinteticamente o que se entende como Ciência, Formação e Profissão na área da sociologia, segundo António Firmino da Costa:

“A sociologia como ciência, diz respeito, fundamentalmente, a um conjunto específico de critérios e instrumentos cognitivos, conhecimentos acumulados e práticas de investigação [...] a sociologia como formação, incide em primeiro plano sobre o sistema de ensino, sobre os cursos, graus e diplomas e, de um modo mais geral, sobre os processos de aprendizagem em sociologia. A terceira, a sociologia como profissão, reporta-se à diversidade de papéis e práticas profissionais em sociologia, assim como aos parâmetros e processos de constituição dos sociólogos como grupo profissional, incluindo aspetos relativos às suas modalidades de cultura profissional e às suas formas de associação/organização coletiva” (1988, pp.35).

Estes três componentes são interdependentes e articuladas entre si, havendo, segundo Costa (2004, pp.35), uma relação de interdependência e interpenetração pois “hoje, na sociologia, estas três componentes não existem umas sem as outras. As dinâmicas, presentes e futuras, de cada uma delas, e da sociologia no seu conjunto, dependem cada vez mais da respetiva articulação”.

Michael Burawoy (2007) denominou “sociologia profissional”, um dos quatro tipos de sociologia por ele identificados, a criação e acumulação de conhecimento com carácter instrumental, e academicista – mas para o âmbito deste texto e evitando uma categoria dissociativa, chamar-lhe-emos “sociologia academicista-teórica”. Segundo Burawoy, este tipo de sociologia progride, cria conhecimento através de programas de investigação, cujo objetivo é o desvendamento de “puzzles”, aquilo que Kuhn denomina de ciência normal, na qual não existe inovação, apenas aprofundamento de conhecimento dentro de paradigmas teóricos, ou de uma dada “visão do mundo” (Sismondo, 2004, pp.12).

No entanto, a sociologia é particularmente vinculada pela crítica dentro da academia, e portanto as teorias e paradigmas não se chegam a formar de forma estável, como noutras áreas científicas. Este é o segundo tipo de conhecimento sociológico descrito por Burawoy, o da sociologia crítica, ou “academicista-crítica”. O seu objetivo é o de

dinamizar o campo científico e de escrutinar as “fundações – ambas as explícitas e implícitas, tanto normativas como descritivas” (2007, pp.33) – do conhecimento criado pela ciência acadêmica normal. A existência deste tipo de sociologia permite que a reflexividade comunicativa seja uma característica desta ciência, criando uma dinâmica em que é necessário um constante reajustamento à quantidade enorme de teorias, fusões e críticas – simultaneamente permitindo e exigindo ao cientista social a escolha das ferramentas e técnicas a mobilizar no seu trabalho.

Por outro lado, está a sociologia extra-acadêmica cujo âmbito se insere em contextos particulares, nos quais existe um cliente ou entidade definida, seja através de “encomendas”, “em torno de projetos muito concretos [ou pela] contratação destes técnicos” (Ferrão, 1999:71), e no qual o objetivo é a avaliação, procurando e solucionando problemas. Segundo Ferrão (*ibidem*:87), neste tipo de sociologia, a “atividade [profissional] enquadra-se mais no conceito de tecnólogo, em que lhe é exigida uma disponibilidade para novas aprendizagens e novas rotinas operacionais, no âmbito organizacional e da produção e dinamização de acontecimentos”. Poderá ser inserida em diferentes níveis, micro, meso ou macro e englobando os seguintes papéis profissionais: “conselheiro/*terapeuta social* (micro) [...] facilitador grupal (micro) [...] professor/treinador (micro/meso), consultor organizacional (meso) [...] avaliador de programas (meso) [...] consultor comunitário (meso/macro) [...] mediador (micro/meso/macro) [...] ativista (micro/meso/macro)” (Lehnerer, 2003, pp.8-19). Por outro lado, está a “sociologia Pública”, cuja preocupação centra-se na transmissão de conhecimentos e manutenção de uma ligação direta com a realidade. É comunicativa e tem como objetivo fomentar a dinâmica de discussão e reflexão sobre a realidade social com os “outros”, os extra-acadêmicos.

É essencial referir que esta tipologia não tem como objetivo criar categorias fechadas e isoladas, pois estes tipos de sociologia são interdependentes, nem presume que um sociólogo só poderá pertencer a um quadrante; os “sociólogos não só são simultaneamente localizados em diferentes posições, como assumem trajetórias ao longo do tempo entre os quatro tipos de sociologia” (Burawoy, 2007:38).

Exemplos claros desta polivalência são os casos de Orlando Garcia e Humberto Ferrão (1999). Orlando descreve a sua atividade profissional como *sociólogo-todo-o-terreno*,

trabalhando em três eixos, havendo “entre dez-e-quinze tópicos que sobressaem na minha agenda [...] *terreno*: Chapatô + menores /Arrábida-Sado/Guardiana/intervenções pontuais/Limiar/Fisgas/CIDAC; *docência*: Serviço Social, UAL (Lisboa e Caldas) e EPAOE; *oráculo*: produção/preparação/pesquisa/manutenção” (pp.53-54). Tendo desenvolvido trabalho tanto dentro como fora da academia, e em projetos de investigação, intervenção, avaliação e ativamente envolvido no desenvolvimento do projeto-instituição Chapatô, poderá dizer-se que caminha entre os diferentes tipos de sociologia de forma fluida e contínua – dizendo que “Pelo que me toca, não podia ter melhor sorte (nesta sina de andar aos papéis)” (Garcia, 1999, pp.69). Por outro lado, no caso de Ferrão, que trabalha como sociólogo no Centro Cultural Regional de Santarém, ativamente envolvido no projeto de diagnóstico sociocultural do distrito, e também formador de animação sociocultural, situa-se entre os tipos de sociologia de avaliação e pública; pois tenta também fomentar “um diálogo dinâmico entre o poder autárquico local e os outros poderes (institucionais, associativos...) [na tentativa de...] cobrir um número mais diversificado de públicos” (pp.83-84).

Secção 2: Agência e identidade do sociólogo

A construção de conhecimento científico está longe de ser um ofício de pura racionalidade e de simples “descoberta” da realidade, todo o processo científico pressupõe a “adopção de um par de ‘lentes coloridas’ descritas por Mills” (Conceição, 2011, pp.36), que irão guiar a sua procura de objetos de investigação, a metodologia utilizada e a interpretação dos resultados. O conceito de paradigma de Kuhn (Sismondo, 2004, pp.12) é essencial na compreensão da construção do conhecimento científico, pois inclui não só os quadros teóricos e metodológicos que servem como modelos exemplares que são ensinados curricularmente, como os sistemas categoriais epistemológicos que permitem, após uma socialização na academia, ver, compreender e explicar o mundo de uma forma compreensível a outros cientistas que partilhem o “*habitus* disciplinar” (Bourdieu, 2004). Tal como Caria explica, os investigadores são eles próprios atores sociais inseridos num campo social de “subjetividade objetificada” (2007, pp.215), na qual traduzem a realidade. No caso das ciências sociais, os investigadores são

cointerpretes da realidade a que os objetos de estudo são sujeitos e que verbalizam, o que será depois reinterpretado e analisado através das “lentes” da ciência social.

Os sociólogos são assim sujeitos a socialização durante a sua formação, de carácter disciplinar, historicamente cumulativa, geracional e institucional – colegas, professores, conteúdos – e tendências transversais sociais (Costa, 2004). Para demonstrar o carácter geracional da universidade é necessário não só considerar os “modelos de formação em sociologia (cursos, programas, atividades de ensino/aprendizagem)” como nos relata Costa (2004, pp.47), mas também “a cultura profissional dos sociólogos com quem [os alunos] contactam e que, certamente, influenciam a sua opinião [... que] está eivada de valores, normas e representações, estruturada por uma prática científica da sociologia configuradora de uma profissionalização de âmbito delimitado” (Silva, 1999, pp.106-107).

Naturalmente que a deontologia científica tem um papel crucial. As normas científicas como as descritas por Merton – mesmo que convivendo com contra normas, e não numa comunidade, mas num campo social marcado pelo conflito e desigualdade – têm um carácter de ideal-tipo que influenciará a ciência (mesmo que por vezes mais discursivamente do que na prática).

Relativamente à Associação Portuguesa de Sociologia, na sua fundação em 1985, os objectivos principais eram os seguintes

“Promover o desenvolvimento da sociologia; encorajar a investigação e dinamizar a comunicação e o debate científicos; promover a atividade profissional dos sociólogos; incentivar e divulgar a análise sociológica da realidade portuguesa; promover a integração dos sociólogos portugueses na comunidade sociológica internacional; divulgar junto das instituições e da opinião pública, a natureza e os contributos da sociologia; favorecer o relacionamento com outras disciplinas” (Delicado *et al.*, 2012).

No seu segundo congresso, em 1992, a Associação Portuguesa de Sociologia estabeleceu o código deontológico. António Firmino da Costa, nomeia os quatro princípios fundamentais a reger este código, que se poderão sintetizar: o princípio de responsabilidade – reconhecimento da responsabilidade social inerente à prática sociológica; o princípio da competência – obrigação profissional e moral de trabalhar com o máximo de qualidade e nunca romper com confidencialidade; autonomia – essencialmente a independência e imparcialidade no trabalho relativamente a qualquer

entidade com que entre em contacto; auto-adesão – o sociólogo terá de escolher seguir os princípios e também nenhuma entidade poderá exigir algo que choque com os mesmos (Costa, 1993; pp.788-789). Para além disto, “o sociólogo é também um cidadão com responsabilidades sociais e cívicas às quais não se deve alhear. A ideia do sociólogo ‘distante’, que se protege a todo o custo de uma postura interventiva e de participação cívica e política, deve substituir-se pela posição de envolvimento relativo, ou seja, acautelado e incentivado por uma consciência reflexiva, que para além de lhe permitir uma participação crítica, o dota de importantes recursos para o seu trabalho/processo de conhecimento” (Reis, 1999, pp.103).

A agência do sociólogo

Segundo Bourdieu, o cientista ou investigador (seja de que área for) tem, para além do *habitus* disciplinar que é comum a todos expostos à educação formal de uma área na geração em que se inserem, o *habitus* particular ligado ao trajeto, tanto profissional como pessoal, e dentro dos campos sociais (particularmente o científico). Caria (2007) identifica críticas desta teoria reprodutivista, por Ramón Iturra entre outros, que por sua vez desenvolve uma visão sociocognitiva, na qual se defende que estas são as ferramentas para manipular a cultura – “meios intelectuais que permitem ao indivíduo saber utilizar conhecimento em geral, e portanto saber exprimir-se de modo a poder racionalizar a sua experiência social através de instrumentos-linguagens formalizados de representação e comunicação (os sistemas simbólicos em uso numa dada cultura)”(, pp.220).

Existem assim diferentes formas de mobilizar o conhecimento, sendo “(a) umas centradas na aquisição, que privilegiam o conteúdo e o significado do conhecimento; (b) outras centradas no uso da ação, que podiam privilegiar a organização e formalização do mesmo” (*ibidem*, pp.222). Para além disto, o próprio conhecimento assume formas diferentes segundo o modo como é adquirido (através da “oferta” formativa ou pela “procura”) e o intuito (descrito nas duas alíneas), havendo assim quatro combinações diferentes de tipologias de mobilização social do conhecimento: A *Informação*, que é oferecida pela ação formativa tradicional, desligada do contexto de produção de conhecimento e adquirida de uma forma não reflexiva mas cumulativa; a *Competência* adquirida através da mobilização de “conhecimento abstrato [...que] tem origem,

maioritariamente, nos conteúdos curriculares da formação académica” (Caria, 2014, pp.82) já adquirido para a resolução de problemas, principalmente através do *currículo oculto* deste curso - sendo descrito por Caria (2014, pp.83) como “uma forma de conhecimento sobre o uso de ideias gerais na resolução de problemas em contexto, ou seja, uma metacognição a partir de conhecimentos transversais”; a *Qualificação*, que é oferecida, e cujo uso é mobilizado para legitimar e hierarquizar os especialistas de campos sociais e dos contextos profissionais; por último, o *Saber* é “conhecimento situado e construído na interação social e sobre a singularidade das situações sociais (cognição situada) [...] é a forma de mobilizar conhecimento (de conhecer!) mais informalizada, intuitiva e tácita, e por isso a que mais ocorre no quotidiano de vida, podendo promover comunidades de práticas”, sendo que as competências se poderão tornar em saberes (Caria, 2007, pp.224).

Segundo Caria, que subscreve a “noção de dualidade entre agência/ação e estruturas sociais” (2008:758) de Giddens, referimo-nos à “reflexividade interactiva”: “que permite “desenvolver o sentido contextual em articulação com o sentido interpretativo (e estratégico), através da utilização do conhecimento abstrato na explicação do saber contextual” (Caria, 2007, pp.243). Apesar de o *habitus* ser uma ferramenta importante para compreensão dos processos através dos quais a identidade do sociólogo é construída no seu contexto pessoal específico, tal como diz Ferrão “não é evidente que a exclusiva formação técnica do profissional de sociologia garanta por si só o cabal desempenho destas funções. Muito para além disso, torna-se bastante importante a sua sensibilidade, a sua disponibilidade e a sua aprendizagem/vivência do fenómeno associativo para o entendimento específico dos problemas culturais, bem como da sua gestão quotidiana perspectivada no contexto” específico (1999, pp.108).

Utilizando o testemunho de Maria Duarte, “ a educação é, no sentido de Touraine, 'por um lado aprendizagem de línguas e descoberta da personalidade' e a empresa [ou o contexto específico] pode[rá] ser igualmente concebida como lugar de desenvolvimento de capacidades e aptidões que atravessam o ‘saber fazer’ e o ‘saber ser’” (1999, pp.116). Seguindo esta linha, Ana Oliveira (2014) considera que uma das mais-valias da sociologia é que ao “não se fechar em áreas temáticas específicas, funciona como uma matriz, como um alicerce que vai sendo consolidado e fortalecido com experiências

profissionais e com outras apostas formativas, tornando possível diferentes construções” (pp.11), algo que está também presente no relato de Alice Silva, quando refere ter “sentindo o [...seu] *background* a evoluir cada vez mais e a tornar-se gigantesco em comparação ao que era” (2014, pp.6) à medida que foi ganhando experiência no trabalho que exerce no contexto empresarial.

Sendo assim, durante a própria formação do sociólogo, este não só tem um papel ativo nos objetivos que tem relativamente ao conhecimento (centrado na aquisição ou na ação), como, segundo Rui Silva é essencial a auto-reflexão, análise do mercado de trabalho, planeamento e procura de experiências de estágio antes do término da licenciatura, para permitir desenvolver uma abordagem estratégica. Esta tem como base uma estrutura autocentrada em que o sociólogo, ainda enquanto aluno, vai adquirindo “elementos distintivos que permitam a sua individualização” (1999, pp.108) na inserção no mercado de trabalho (numa área do seu interesse). Estes “elementos distintivos” nada mais são do que escolhas feitas pelo aluno, com maior ou menor consciência, dentro e fora do contexto académico. Dentro do contexto académico, poderá não só escolher cadeiras ou ramos dentro do seu percurso que permitirão adquirir informação relativamente a áreas do seu interesse, mas também, em unidades curriculares cuja avaliação permita o desenvolvimento de trabalhos (sejam teóricos e/ou empíricos), poderão ser tomadas como oportunidades de exploração áreas de interesse especial do estudante. Será essencial mencionar aqui que a agência, neste contexto, dependerá muito da estrutura do curso e da disponibilidade dos docentes em estabelecer este tipo de avaliação. Outro caminho pouco trilhado na formação da sociologia nas universidades⁵ e cuja importância fulcral foi defendida por Silva (1999), entre outros, são os “estágios curriculares ou de integração na vida ativa, remunerados ou não” (pp.109). Sejam feitos de forma curricular, em modalidade de estágio ou de voluntariado, experiências de foro social, enquadrados em contextos específicos são valiosíssimas para o estabelecimento de competências e saberes a partir da formação, conhecimento de realidades sociais e agentes extra-académicos, e também têm a vantagem de ajudar na “escolha” do que querem fazer “permitindo-lhes, muitas vezes, reorientarem os seus objetivos profissionais” (*ibidem*:). No entanto Mineiro

⁵ Será relevante mencionar a criação de uma Unidade Curricular Optativa de Estágios Curriculares na licenciatura de Sociologia do ISCTE-IUL, no ano letivo 2014/15.

vem lembrar que “parece um erro pensar-se que a adequação da sociologia às exigências de profissionalização se pode fazer à custa do empobrecimento das componentes teóricas, epistemológicas ou metodológicas de base” (2012, pp.10) o que aponta a necessidade da universidade trilhar um caminho equilibrado entre as exigências formativas da sociologia como ciência e profissão.

Um exemplo ilustrativo desta agência pré-inserção profissional é o de Marta Ferreira no texto publicado em 2004, que relata que “aquando da frequência do 3º ano do curso de Sociologia no ISCTE, senti necessidade de complementar a componente teórica das cadeiras optativas com o contacto direto com a realidade social, nomeadamente em contextos de pobreza e de exclusão social [e que lhe foi valiosa] na desconstrução imediata da representação idílica da infância” (2004, pp.39). Para além desta experiência, segundo refere na entrevista, desenvolveu mais três estágios em regime de *voluntariado*, em que *fiz parte de vários projetos de investigação...não era investigadora, mas foram-me dando uma bagagem*”, e que também lhe abriram portas a uma entrada imediata e fluida no mercado de trabalho, pois *foi através da minha experiência que comecei a trabalhar na Rede Social porque estava previsto contratarem um técnico com licenciatura que tivesse experiência na área, e eu já tinha, através do voluntariado, tocado na maioria dos programas*. O testemunho de Marisa enfatiza também iniciativas nas quais se envolveu (para além de estágios), como a organização de “Noites de Sociologia” na sua universidade, que lhe proporcionou a ela, aos colegas e professores, pontos de contacto e troca de experiências. Refere: *nunca fui obrigada...com gosto, começam-se a fazer outras coisas*. O próprio aluno é assim dotado de agência tanto dentro do contexto académico como nos campos sociais e contextos extra-académicos e poderá ser como ator social, um agente de mudança.

A dimensão de agência dentro da profissão tornou-se clara através da leitura dos vários testemunhos do livro *Profissão Sociólogo*, pois não só os papéis desempenhados pelos profissionais com formação em sociologia demonstram polivalência, como a própria presença do sociólogo poderá ser um fator de mudança na cultura profissional da organização. Mas quais serão estas ferramentas e capacidades, das quais já falámos, que se poderão aplicar a vários contextos profissionais? A flexibilidade profissional do sociólogo provém não só da natureza inerente da sociologia como uma forma de abordar

a realidade social (através de ferramentas conceptuais, evitando o senso comum), mas também pelas competências aprendidas e metodologias científicas de recolha de informação sobre a realidade social. Utilizando a tipologia de Silva (1999), as competências são divididas em três tipos, as relacionais, comunicacionais e informativas: a primeira categoria refere-se à capacidade de trabalhar em grupo, lidar com os possíveis clientes e outros trabalhadores, estabelecer ligações de colaboração e/ou hierárquicas estáveis com outros (em áreas como o recrutamento, gestão de recursos humanos, etc.); outras competências intrinsecamente ligadas a estas são as comunicacionais, pois para ser possível estabelecer relações com o “outro” é necessário saber comunicar, tanto dentro das funções como fora delas, adaptar-se aos códigos técnicos (conceitos) de outros campos e também saber como explicar informação a não peritos, devendo ter aquilo que Frederico da Silva (2014, pp.16) descreve como “alguma flexibilidade [...], atendendo às especificidades do público em causa”; por último, as competências informativas de carácter técnico, sendo formalmente adquiridas e relativas à capacidade de lidar com informação de forma crítica e de saber trabalhar informação quantitativa e qualitativa.

Auto-identificação

O “analista simbólico” tem assim, tanto no seu processo formativo como na criação/inserção e posterior profissionalização, “uma implicação (uma parcialidade, uma auto-reflexão, uma compreensão emocional de um sentido social [e pessoal]) e não tanto uma participação em maior ou menor grau” (Caria, 1999, pp.29) nos campos e redes sociais. Isto é demonstrado pela afirmação de Marta Ferreira na entrevista que concedeu: *Uma coisa muito importante é a pessoa com formação em sociologia deve ter este lado humano, de se preocupar realmente com os problemas sociais com que está a lidar. Até porque sem ele, não vai conseguir fazer nada*” de verdadeira qualidade.

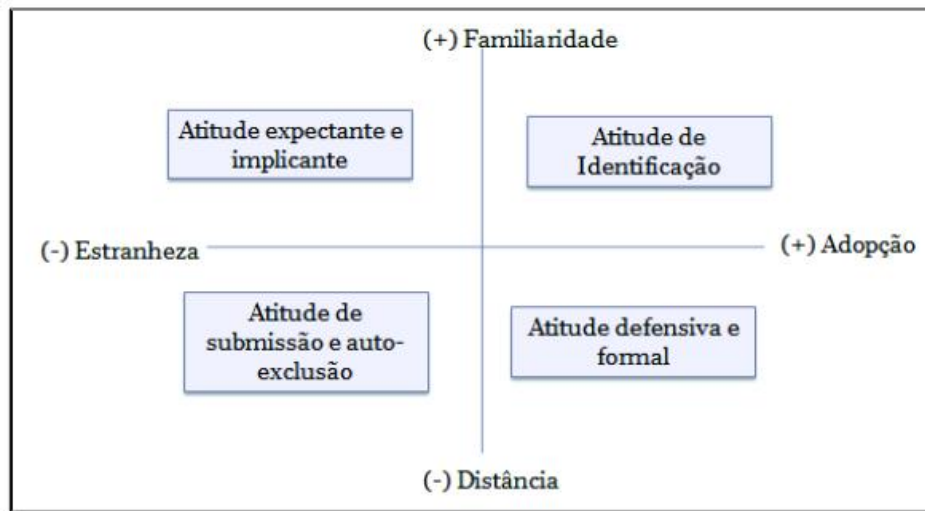
Desta forma, e como Maria das Dores Guerreiro e Eduardo Alexandre (2008, pp.3) explicam, independentemente da profissão exercida, o mundo do trabalho moderno é “um dos domínios centrais de estruturação da vida dos indivíduos, quer em termos de obtenção de recursos económicos e de constituição de identidades”. Estes autores mencionam também o efeito *spillover* no qual se vislumbram “impactos que as vivências no mundo do trabalho têm sobre a qualidade de vida em termos mais gerais[...]: os

padrões de satisfação e bem-estar (positivos ou negativos) associados a uma determinada 'esfera' podem afetar ou 'transbordar', digamos assim, para outra" (*ibidem*, pp.4-5).

A adaptação do esquema de Caria na figura 2, para contemplar as atitudes face à própria sociologia, tem o intuito de compreender tipos de identidades formativas, tendo em conta as componentes profissional e pessoal. Pode dizer-se que existem duas dimensões: Familiaridade/Distância, ou os "processos de culturalização" e Estranheza/Adoção, "processos de informalização". Na conjugação destas duas criam-se quatro atitudes diferentes.

- *A atitude expectante e implicante*, na qual existe simultaneamente familiaridade cultural e estranheza pessoal; apesar de existir uma relação próxima culturalmente, existe um baixo nível de auto-identificação;
- *A atitude de submissão e auto-exclusão*, na qual existe distância e estranheza;
- *atitude defensiva e formal*, que assimilou as componentes de Informação do conhecimento mas que se distancia culturalmente;
- *A atitude de identificação*, na qual o individuo terá assimilado os conhecimentos de uma forma cultural, e na qual se auto-identifica fortemente com as ferramentas que maneja, nos contextos em que se insere.

Figura 2. Atitudes face ao processo de investigação



Fonte: Caria 1999, pp.30.

Guerreiro e Rodrigues (2008, pp.5) enumeram as dimensões relacionadas com o nível de auto-identificação e bem-estar no trabalho; “a) variáveis extrínsecas e intrínsecas do trabalho [...] como sejam as horas de trabalho, as práticas flexíveis de organização de tarefas a (in)segurança e a criatividade, por exemplo; b) variáveis organizacionais [...] como seja a existência ou não de um ambiente solidário entre colegas e chefias e as margens de controlo dos trabalhadores sobre as suas próprias tarefas e desempenhos; c) variáveis individuais [...] tal como o sexo, a idade, o nível de escolarização e [a própria] profissão” em si.

É importante mencionar que em todos os contextos possíveis de ação do formado em sociologia, ele terá de aprender a relacionar-se com a “lógica da estrutura” (Ferrão 1999, pp.78) da organização na qual trabalha; “perceber a nova cultura da organização, o seu comportamento e adaptar-se à filosofia” sem perder a sua postura crítica e reflexiva. No caso concreto dos formados em sociologia em Portugal, Maia (2014), relata o fenómeno de “isolamento do sociólogo” no mercado de trabalho. Falando do exemplo de uma socióloga inserida numa câmara municipal, que diz sentir-se sozinha como socióloga e que gostaria de ter a possibilidade de trocar experiências com outros sociólogos neste contexto profissional, estendendo assim a solidariedade, descrita normalmente nos contextos de trabalho específicos, para a rede de sociólogos extra-acadêmicos.

No caso de Carlos – um dos sociólogos que incorpora o corpus empírico deste estudo –, existe uma forte autoidentificação com a sua experiência profissional como jornalista e com as suas funções como provedor e editor da RTP. No entanto, relativamente à sua autoidentificação com a sociologia, existe nitidamente uma relação negativa; parece demonstrar uma atitude de autoexclusão. No seu caso, que frequentou a licenciatura durante o período de institucionalização da sociologia na universidade, na qual a cultura profissional dominante era a de dissociação entre ciência e formação, e na qual os cursos de sociologia “tinha[m] características extremamente teóricas e abstratas [...] e um perfil mais voltado para a formação de investigadores e professores [...] e de natureza pouco profissionalizante (não existiam estágios profissionais)” (Vilar, 1999, pp.121). Consequentemente, este nitidamente criou uma separação entre o conhecimento sociológico que valorizou e considera essencial para um jornalista (competências, saberes e sensibilidades sociológicas) ao qual ele tem uma relação forte de autoidentificação, e rejeitou uma identidade sociológica na sua vertente

academicista, teórica, que considera como marcando o "verdadeiro sociólogo". O caso de Machado Pais é nitidamente demonstrativo de uma relação de autoidentificação, diz que "alimenta [...uma] curiosidade espontânea [que...] contínuo a alimentar como sociólogo, hoje em dia [através da sociologia quotidiana que] é onipresente, está em todo lado, está nas escolas, está na família, está no lazer" (2011, pp.45), havendo assim uma conjugação da sua identidade pessoal e profissional, como investigador.

Paradigmas e culturas profissionais

Burawoy (2007) identificou duas faces do tipo de sociologia pública; a tradicional e a orgânica. Na primeira existe divulgação e uma preocupação com a realidade social mas é ainda "de gabinete", ou seja, não há uma interação direta com os públicos, o que resulta numa comunicação de um para muitos. Por outro lado, a sociologia pública orgânica, "na qual o sociólogo trabalha com uma conexão próxima com uma visível, densa, ativa, local, muitas vezes subcultura" (*ibidem*, pp.28).

Subjacente a estas duas faces, estão respostas às seguintes perguntas: como desenvolver o trabalho – determinar os objetivos e quais metodologias e fontes utilizar para a construção do conhecimento? – e o comunicar – para que públicos e de que forma? A tradicional segue uma lógica de "intervenção [... designada por Giddens como] um "modelo de controlo", isto é, como um instrumento unilateral" (Machado, 1996, pp.63), estando relacionada com uma postura centrada no profissional, visto como perito que determina as necessidades do objeto de estudo, intervenção e conteúdo da comunicação com este em vez de procurar as suas perspectivas. Por outro lado, a orgânica, contrapondo o modelo de controlo, segue um *modelo dialógico*, e no qual se estabelece ação e diálogo bilateralmente em "processos de comunicação alargado entre investigadores, decisores políticos e os que são afetados pelos problemas em consideração" (*ibidem*).

Venho sugerir que estas duas posturas não se reservam à sociologia pública, e que se comportam como paradigmas ou modelos ideais que têm um impacto na forma de criar e lidar com conhecimento – portanto existindo nos outros tipos de sociologia identificados por Burawoy (2007). Falamos de paradigmas no seu sentido prático, de "formas de vida, fornecendo padrões de comportamento ou *o enquadramento* para acção" (Sismondo, 2004, pp.13) e orientando a mobilização de conhecimento (contextual e disciplinar, teórico e

operativo). Apesar de poder haver uma interligação entre os paradigmas orgânicos/tradicionais e as culturas de associação/dissociação entre ciência e profissão sociológica, os paradigmas centram-se na problemática das *formas de exercer a sociologia* dentro dos seus diferentes tipos, enquanto as últimas centram-se na discussão à volta da *essência da sociologia como ciência/profissão*. A interligação entre os dois conceitos toma lugar principalmente nas formas de conhecimento a que o sociólogo irá aceder. Um exemplo ilustrativo será o de um sociólogo académico-teórico. Se este tiver uma postura tradicional (focada no perito) e, simultaneamente, tiver uma cultura profissional de dissociação, somente dará importância ao trabalho feito por académicos, e perderá a riqueza e profundidade que poderá ser transmitida por extra-académicos. Se for um investigador, condenará o seu próprio trabalho a uma superficialidade distante, que se distancia tanto da sociologia como o senso comum, pois a sua capacidade de reflexividade interativa será deficiente devido à falta de conhecimento prático, e terá uma tendência de “etnocentrismo (de pessoa e de investigador)” (Caria, 2007, pp.217). Por outro lado, um outro investigador poderá partilhar a mesma cultura de dissociação, mas ser orgânico e desenvolver trabalhos nos quais interaja fortemente com o objeto de investigação – acreditando no entanto, que somente o investigador académico poderá exercer este papel como sociólogo.

Quadro 1: Proposta de paradigmas sociológicos

Orgânico	Tradicional
Centrado/focado no(s) outro(s)	Centrado/focado no perito
Objetivos: criar conhecimento/intervenção de qualidade científica e ação e comunicação bilateral com o(s) “outro(s)”	Objetivos: criar conhecimento/intervenção de qualidade científica e/ou comunicação unilateral com o “outro”
Diálogo com outros campos de reflexão social	Disciplinar/científico
Participação dos agentes e promoção de espaços de reflexividade e expressão	Implementação feita por peritos ou profissionais
Estabelecimento de redes e parcerias com os agentes de transformações sociais	Peritos estabelecem objetivos, metodologia e conclusões
Estratégias metodológicas transparentes que permitam formas de envolvimento e de expressão dos agentes envolvidos	Metodologia formal e opaca
Divulgação para públicos diversificados	Divulgação específica ao público diretamente implicado

Dunst *et al.*(1991); Abrantes *et al.* (2014); Burawoy (2007); Caria (1999; 2007; 2014).

Central à construção das características destes paradigmas é a proposta de Abrantes *et al.* dos cinco domínios nos quais se poderá desenvolver “uma vertente ‘participante’ da sociologia e que incorpora o desenvolvimento de metodologias mais apropriadas e heurísticas [...] que conferem um lugar de destaque aos agentes sociais”(2014, pp.5). Quanto à “Relação com outros campos de reflexão sobre o social” (*ibidem*), uma das valências principais da sociologia é a contemplação reflexiva das realidades sociais e a complexa interação entre instituições, normas, e disposições com as quais nos deparamos todos os dias. Apesar de as ciências sociais criarem e utilizarem metodologias e ferramentas conceptuais para o fazer isto, os agentes sociais são também capazes desta introspeção “de análise e reflexão sobre o social” (*ibidem*:6). Garcia demonstra ter esta postura, ao afirmar que “A reflexividade sociológica tem reservatórios intermináveis e interconectáveis com todas as outras reflexividades” (1999, pp.65). Este reservatório poderá incluir assim “abordagens artísticas (visuais, literárias ou musicais)” (Abrantes *et al.*, 2014, pp.7) que são formas que, íntimas ou não, são expressivas de introspeções relativamente à vida social. Subjacente a esta alínea estão as seguintes posições; a aceitação de que os indivíduos são capazes de serem reflexivos; o reconhecimento do seu trabalho reflexivo; a inclusão deste na metodologia de recolha de documentação e registos; e a consideração de que a sociologia terá assim, potencialmente, um impacto na reflexividade do agente social – como o exemplo das teorias de hiper-realidade, que formaram as bases para o mundo cinematográfico do Matrix e das suas sequelas.

Mas, tal como Burawoy (2007) comentou quando identificou a sociologia pública orgânica e a tradicional, estes paradigmas “não são antitéticos mas complementares [...] Nas melhores circunstâncias, a sociologia tradicional pública enquadra a orgânica [...] enquanto a última disciplina, sedimenta, e direciona a outra” (p.29).

Secção 3: Uma proposta de tipologia de perfis de exercício da sociologia

A minha segunda proposta é a incorporação dos paradigmas orgânicos/tradicionais na tipologia de Burawoy, para assim compreender diferentes lógicas de trabalho sociológico (quadro 2).

Enquanto o sociólogo academicista-teórico orgânico poderá dialogar e, inclusivamente, conjugar-se com os outros tipos de sociologia, o tradicional terá uma

tendência para se abstrair, tanto da realidade social como dos outros campos sociológicos, e debruçar-se para tentar criar novo conhecimento sociológico e resolver os tais “puzzles que vêm de anomalias externas (inconsistências entre o previsto e as descobertas empíricas) ou de contradições internas” (Burawoy, 2007, pp.32). Apesar de este tipo de sociologia ser caracterizado por esta mesma lógica de desenvolvimento teórico e metodológico da ciência sociológica, poderá ser mais ou menos interativo com a sociologia crítica e, como sugere Marisa ter como objetivo estabelecer uma *ponte entre a universidade e o mundo lá fora*. Capucha elabora que esta “conexão” deve estar presente em vários momentos, tanto na definição de objetos de estudo como na “capacidade para conciliar essas preocupações [...] de rigor científico, metodológico e técnico [inerentes à prática sociológica...] com a criação de instrumentos ou conhecimentos úteis e utilizáveis para leigos” (1999, pp.171).

Quadro 2. Perfis do exercício da sociologia.

	Académico		Extra-Académico	
	Paradigma tradicional	Paradigma orgânico	Paradigma tradicional	Paradigma orgânico
Instrumental	Academicista-teórico <i>Objetivo principal: solucionar puzzles sociológicos/ciência normal</i>		Avaliação <i>Solucionar problemas em realidades sociais concretas/encomendas ou relações contratuais com instituições extra-académicas</i>	
	Oráculo	Ligado a outros tipos	Aplicada	Clínica
Reflexivo	Academicista-crítico <i>Objetivo principal: dinamizar a discussão e reflexividade interna-académica/micro-revoluções</i>		Público <i>Objetivo principal: dinamizar a discussão e reflexividade externa-societal/comunicativa com vários públicos</i>	
	Considerar apenas conhecimento académico	Abranger conhecimento extra-académico	Comentador	Conversador

Burawoy (2007) ; Costa (1988, 2004); Dunst *et al.*, (1991) ; Abrantes *et al.*(2014); ; Lehnerer (2003)

O sociólogo academicista-crítico tem como objetivo a tentativa de “fazer a sociologia profissional[-teórica] consciente dos seus *biases* e silêncios, promovendo novos programas de pesquisa construídos a partir de fundações alternativas” (Burawoy, 2007,

pp.33 e poderá fazê-lo através de conhecimento construído apenas em contextos acadêmicos, ou abranger também aquele construído em contextos extra-acadêmicos. Esta segunda forma de exercer este tipo de sociologia, orgânico, contempla também uma maior abertura para o diálogo com a sociologia extra-acadêmica.

Como relata Garcia, os docentes sociólogos academicistas têm “a oportunidade de [...] ir confrontando com as sucessivas séries das gerações mais recentes” (1999, pp.65) e um terreno no qual se está a formar “estudantes [que se] tornam embaixadores da sociologia para o mundo amplo [no qual interagem...] com públicos diversos” (Burawoy, 2007, pp.31). Se se adotar o paradigma orgânico, a “Educação torna-se numa série de diálogos no terreno de sociologia que alimentamos” (*ibidem*), permitindo, segundo Garcia “aprender com os trabalhos dos alunos e descobrir novas maneiras de resolver problemas, novos pontos de vista, novas posturas (...) Este capital de saber circundante [...] constitui uma das grandes compensações da docência” (1999, pp.66).

Complementando a diferença entre a sociologia pública orgânica e a tradicional, estas lógicas traduzem-se em relações com o público como os comentadores – comunicação entre um e muitos, definição do tema a dialogar feito pelo perito, etc. – e os conversadores – que estabelecem diálogos abertos e presenciais, nos quais existe um foco na situação e nos atores em vez de no perito.

Por último, chegamos à distinção entre sociólogos avaliadores orgânicos e tradicionais. Mobilizando a definição de sociologia clínica e aplicada da Lehnerer, podem distinguir-se duas formas diferentes de conceber e trabalhar neste tipo de sociologia; “a sociologia clínica é a aplicação da perspectiva sociológica para facilitar a mudança [...através de uma] especialização multidisciplinar e humanista que procura melhorar a qualidade das vidas das pessoas [como um] agente que está imerso no mundo social do cliente” (2003, pp.2), enquanto o “sociólogo aplicado é um especialista de pesquisa que produz informação que é de uso”(*ibidem*) para o cliente. Sendo assim, diferem em termos de objetivos, públicos (o sociólogo tradicional, ou aplicado produzirá apenas conhecimento para o cliente), relação com o outro e a realidade social que é alvo de trabalho. Devido a estar focado e/ou centrado nos peritos, o paradigma tradicional será incorporado no sociólogo avaliador, e aplicado através de práticas nas quais são os peritos que decidem as necessidades dos contextos de intervenção e avaliação, e as

“Intervenções são implementadas por profissionais porque [os agentes sociais leigos ...] são vistos como incapazes de ‘resolverem os seus próprios problemas’” (Dunst *et al.*, 1991, pp.118). Por outro lado, os clínicos têm modelos focados e centrados nos agentes sociais, com os quais existe uma relação colaborativa e existem objetivos de fortalecer as suas capacidades “de construir redes de recursos tanto formais como informais para fazer face” (*ibidem*, pp.117) às exigências de conhecimentos e competências a que são crescentemente chamados a ter pela sociedade (Abrantes *et al.*, 2014) e também a estarem atentos e subverterem as dinâmicas de desigualdade a que são expostos nos contextos em que se movem. Mariana, teve uma trajetória dentro da sociologia de avaliação clínica. Dando o exemplo de um projeto no qual trabalhou com jovens grávidas, *elaborávamos relatórios ao tribunal tendo em conta os desempenhos das jovens, como elas se moldaram à sociedade, como elas cuidavam dos filhos...tentávamos compreendê-las, elas foram para uma residência... Adaptávamos o espaço à situação, a ideia era que elas se emancipassem economicamente dos pais. Queríamos que elas ‘apanhassem a vida’, pô-las a pensar por elas próprias, se elas não refletirem, terão dificuldade em... tomar decisões, isso era debatido nas reuniões, fazíamos o projeto de vida, presente, futuro, assim complementando as necessidades de avaliar e ter um impacto nestes casos e uma orientação na qual se perspetivam as jovens como agentes ativos e capazes.*

Uma consideração adicional é que em certos casos, devido aos próprios objetivos de uma investigação/intervenção ou do pedido da entidade que o ‘encomenda’, o paradigma poderá ser ‘imposto’- e assim não ser necessariamente aquele detido pelo sociólogo, situação que, se for contínua, criará dissonância por falta de autoidentificação.

Notas finais

O âmbito deste artigo, e do trabalho através do qual este se desenvolveu, tentou desvendar um complexo sistema de interligação: entre fatores estruturais – *habitus* disciplinar(es) sociológicos, contextos socioeconómicos e culturais transversais à sociedade portuguesa – aos quais os sociólogos não são alheios; e outros que fazem parte da agência do formado em sociologia. Esta agência desenvolve-se na forma destes “aprenderem” a sociologia de acordo com as suas próprias disposições e perspetivas perante a sua aquisição – traduzindo-se em diferentes formas de mobilizar conhecimento;

a construção do seu caminho para a profissionalização e para a construção de competências e saberes, num contexto formativo em que há vários caminhos hipoteticamente possíveis, através de mecanismos que poderão ser mobilizados com maior ou menor consciência; diferentes tipos de autoidentificação relativamente à formação e/ou profissão; e, por último, diferentes culturas profissionais relativamente à essência da sociologia (tendo consequências na autoidentificação como sociólogo, a forma de lidar com conhecimento extra-académico e com os sociólogos que o geram) e como maneiras de conduzir, trabalhar e divulgar trabalho que poderá ser traduzido em paradigmas sobre *como* trabalhar.

Propõe-se que o exercício de reflexão crítica desenvolvido possa ser de algum uso para o desenvolvimento do que Machado descreve como o “mapa mental dos papéis profissionais possíveis” dos formados em sociologia (1996, pp.45). É necessário que a sociologia portuguesa se torne mais visível, pois “sobre ela, continuam hoje a recair grandes desafios”, pelo combate ao “efeito de naturalização dos efeitos sociais” (Mineiro, 2012, pp.3) pois, tem um papel relevante na sua subversão – tanto através do desenvolvimento de investigações e divulgação destas como particularmente através de metodologias e ações que visem a agência e potenciem o *empowerment* das pessoas nos seus contextos.

Referências bibliográficas

- Abrantes, Pedro, Susana Henriques, Inês Pereira e Luísa Veloso (2014), "O lugar do outro na investigação sociológica: novas propostas metodológicas", CIES e-Working Paper, Nº 176/2014, Lisboa, CIES-IUL, 22p, em: http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP176_varios.pdf
- APS (2013) “APS - Sociografia dos membros associados da APS”, disponível em: <http://www.aps.pt/?area=102&mid=001&sid=004> (05/06/2013).
- Baptista, Luís, Paulo Machado (2010), “Our (scientific) community and our society. Rethinking the role and dilemmas of national sociological associations: The Portuguese case”, In Burawoy et al.,(orgs.), Facing an Unequal World: Challenges for a Global Sociology, Taipé, Institute of Sociology, 144-169.

- Burawoy, Michael (2007), "For public sociology", in Abbot, Andrew et al., *Public Sociology: Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics & The Profession in the Twenty-First Century*, USA, University of California Press, pp.23-64.
- Caria, Telmo (2014), "Saberes profissionais e trabalho profissional do gerontólogo", *International Journal of developmental and Educational Psychology*, 1 (2), pp.81-90.
- _____ (2008), "O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões", *Análise Social*, XIII (4), pp.749-773.
- _____ (2007), "Itinerário de aprendizagens sobre a construção teórica do objecto saber", *Etnográfica*, 11 (1), pp.215-250.
- _____ (1999), "A reflexividade e a objectificação do olhar sociológico na investigação etnográfica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, pp.5-36.
- Carreiras, Helena (2011). "Helena Carreiras (depoimento, 2011)". CPDOC/FGV;LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, Rio de Janeiro. 40p.
- Carreiras, Helena, Fátima Freitas e Isabel Valente (orgs.) (1999), *Profissão Sociólogo*, Oeiras, Celta Editora.
- Conceição, Cristina Palma (2011), "Um mundo à parte", in *Promoção de Cultura Científica: Análise Teórica e Estudo de Caso do Programa Ciência Viva*, Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Costa, António Firmino da (1988), "Cultura profissional dos sociólogos", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp.107-124.
- _____ (1993), "Prática sociológica e deontologia profissional dos sociólogos", em *Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Actas do 2º. Congresso Português de Sociologia)*, vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- _____ (2004), "Será a sociologia profissionalizável?", em Gonçalves M.C. e outros (orgs.), *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*, Porto, FLUP.
- Da Silva, Frederico Dias Ferreira (2014), "Da Formação à investigação: contributos da formação em sociologia para a investigação científica", in Parente C. (org), op cit, pp.15-18.
- Delicado, Ana *et al.* (2012), "Estudo aprofundado de uma amostra de associações científicas", relatório de pesquisa, Lisboa: ICS-UL.

- Duarte, Maria Cecília (1999). “A gestão de competências: qual o papel do sociólogo?”, Carreiras H. et al. (org), op cit Pp.113-120.
- Dunst, Carl et al. (1991) “Family-Oriented Early Intervention Policies and Practices: Family-Centered or Not?”, *Exceptional Children*. Vol 2 (58) pp.115-26.
- Ferrão, Humberto (1999). “O Sociólogo na Animação cultural, em contexto de Mudança: Reflexões sobre uma experiência profissional autárquica”, in Carreiras H. et al (org), op cit., pp.71-89
- Ferreira, Marta (2004), “A sociologia ao serviço da comunidade: experiências de actividade sociológica no âmbito das políticas sociais”, *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*.
- Garcia, Orlando (1999), “Sobre a agenda de um sociólogo todo-o-terreno: pendularidades entre o terreno, o ensino e o 'oráculo'”, Carreiras H. *et al* (org.), op cit, pp.53-69.
- Guerreiro, Maria das Dores, Eduardo Alexandre Rodrigues (2008) “Qualidade do trabalho e qualidade de vida: padrões e articulações”, VI Congresso Português de Sociologia, *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. APS, Lisboa
- Lehnerer, Melodye (2003) “Careers in Clinical Sociology”, American Sociological Association, Washington.
- Machado, Fernando Luís (1996), "Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 43-103.
- _____ (2009), "Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente informada", *Sociologia*, 19, pp.283-343.
- Mauritti, Rosário, António Firmino da Costa (2014), “Formação e Empregabilidade dos sociólogos em Portugal: uma perspectiva comparada das ciências sociais”, *Atas do VIIIº Congresso Português de Sociologia, 40 anos de Democracia(s): Progressos, contradições e perspectiva*, em: http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0357.pdf .
- Maia, Inês (2014), “Sociólogos em contexto não académico: cultura profissional, participação associativa, activismo e responsabilidades sociais”, *Atas do VIIIº Congresso Português de Sociologia, 40 anos de Democracia(s): Progressos,*

- contradições e perspectivas, em:
http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0539.pdf
- Mineiro, João (2012) “Será possível profissionalizar uma ciência? Cientificidade, profissionalização e questões deontológicas na sociologia”, CIES E-WorkingPaper, 135.
- Oliveira, Ana (2014), “O que é ser sociólogo hoje? A teoria na prática e a prática da teoria”, Parente C. (org), *op cit*, pp. 8-11.
- Pais, José Machado (2011), “José Machado Pais (depoimento, 2011)”. CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM. Rio de Janeiro,. 28 p.
- Parente, Cristina (org.), (2014), “Saídas Profissionais – O Que é Ser Sociólogo Hoje? Narrativas Breves Sobre Experiências Profissionais Em Construção”. Instituto de Sociologia, Porto. IS Working Paper Vol 2
- Pinto, Madureira (2004), “Formação. Tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da Sociologia em Portugal”. Sociologia Problemas e Práticas, 46, 11-31.
- Reis, Ana (1999), “Reflexões em torno da construção de um papel profissional: A procura de uma ‘actividade sociológica integrada’”, Carreiras H., *et al* (org.), *op cit*, pp.91-103.
- Silva, Rui (1999), “Entre o fazer o que se gosta e gostar do que se faz: Para uma integração dos recém-licenciados em sociologia no mercado de trabalho”, Carreiras H., *et al* (org.), *op cit*, pp.105-111.
- Silva, Alice Santos (2014), “Ser sociólogo nas Empresas!”, Parente, C. (org), *op cit*, pp.5-7.
- Santarém, Cátia , Maria Ajuria, Paulo Machado (2012), “Sociografia dos inscritos e algumas reflexões sobre as modalidades de participação no VII Congresso Português de Sociologia”. Sociologia Online, 5, Lisboa.
- Sismondo, Sergio (2004), “The kuhnian revolution”, in: An Introduction to Science and Technology Studies, Oxford, Blackwell Publishing.
- Vilar, Duarte (1999). “À procura da Sociologia”, Carreiras et al (org), *op cit*, pp.121-128.

